

Greve está na mídia e pressiona governo Dilma

A Greve de cerca de 30 categorias do Executivo, Judiciário e MPU pressiona a cada dia mais o Governo Dilma. O prazo para arrancar reajuste é 31 de agosto. Em todos os Estados paralisados há atividades que ganham visibilidade na mídia, que diariamente divulga notícias sobre os movimentos.

Em Florianópolis, nas três Justiças há mais adesões dia a dia, inclusive de servidores que entraram no Judiciário nos concursos recentes e para os quais está clara a necessidade de lutar para garantir o reajuste. O fato é que os vencimentos estão sendo corroídos desde o pagamento da última parcela do PCS3.

Nesta quinta, 16, servidores do Judiciário, MPU e Polícia Federal fecharam uma das pistas da avenida Bei-

ra-mar Norte, em Florianópolis. A atividade ocorreu depois do Ato Unificado das três categorias, que iniciou às 15 horas na frente do prédio da Justiça Federal. Depois das falas, os servidores, segurando faixas, interromperam o trânsito na avenida, uma das mais movimentadas da Capital. O ato durou 10 minutos, mas bastou para formar uma fila de carros. No TRT foi aprovada a continuidade da paralisação de duas horas diárias, que se mantém hoje, das 15 às 17 horas. No TRE houve mais adesões à Greve iniciada na segunda-feira e há debates diários sobre o movimento, com forte envolvimento dos servidores grevistas. Junte-se aos colegas nesses 14 dias que faltam até o prazo final para garantir recursos no orçamento!

Se a gente não lutar, nossas Assembleias no futuro podem ter essa pauta

- imediato congelamento dos salários dos servidores públicos por 10 anos
- jornada de trabalho de 70 horas semanais, sem pagamento de horas extras
 - fim do vale alimentação, creche e transporte
- tolerância zero para afastamentos de serviços por problemas de saúde
 - demissão por justa causa aos grevistas
- política única de assédio moral amplo e irrestrito ao trabalhador
- sucateamento dos serviços públicos e total incentivo às privatizações
- política de distribuição de renda mais justa para banqueiros, empresários e latifundiários
 - fim das liberdades sindicais e dos movimentos dos direitos humanos
 - liberdade de imprensa sem direito de resposta
 - lobotomia grátis pelo SUS aos trabalhadores resistentes!

**A GENTE TEM QUE SE MOBILIZAR, CASO CONTRÁRIO NÃO HAVERÁ LIMITES
PARA A EXPLORAÇÃO DOS SERVIDORES! VENHA PARA A LUTA!**

Reunião ampliada aprova, por unanimidade, ampliação da Greve

Manter, ampliar e fortalecer a Greve por tempo indeterminado em todo o país foram os desafios apontados pelos servidores que participaram da Reunião Ampliada da Fenajufe, realizada quinta-feira (16), em Brasília. Por unanimidade, os delegados, aprovaram a continuidade do movimento grevista, com a intensificação das mobilizações nas próximas semanas, para que as adesões se ampliem em nível nacional, com a entrada daqueles estados que ainda não deflagraram o movimento, se juntando aos colegas do Distrito Federal, São Paulo, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Bahia.

Foi reafirmada a necessidade do fortalecimento da luta, porque até o momento não há qualquer acordo fechado entre o governo, o Judiciário e o MPU para aprovar os planos de cargos e salários da categoria. A avali-

ação dos servidores que participaram da ampliada é que a única forma de barrar a política intransigente do governo Dilma de congelamento salarial e de retaliação às greves dos servidores, com a adoção de medidas antidemocráticas, é a intensificação da luta unificada, com a participação de todos os estados.

Foi aprovada a realização de um ato no dia 30 de agosto, na capital federal, um dia antes do prazo final para o governo enviar ao Congresso Nacional a proposta orçamentária de 2013. Esse ato, que será no Superior Tribunal de Justiça, também será denominado de "Bota fora de Ari Pargendler", para marcar a saída do ministro da Presidência do STJ e denunciar as decisões do tribunal em relação à greve dos servidores, como percentuais mínimos para a greve e que permitem o corte de ponto. *Da Fenajufe*

STF diz que incluiu PCS no orçamento do Judiciário, mas que veto de Dilma continua

Em dia de manifestações em Brasília e em muitos estados do país, sindicalistas do Judiciário Federal e MPU foram recebidos pelo diretor-geral do STF, Amarildo Viana, que confirmou a inclusão do PCS-4 nos orçamentos enviados pelos tribunais ao Ministério do Planejamento, mas disse que a questão segue sem acordo com o governo. A ameaça de a presidenta Dilma Rousseff suprimir de forma unilateral as previsões para o PL 6613/2009 quando enviar a proposta ao Congresso Nacional existe.

Segundo Amarildo e Anthair Valente, secretário-geral da presidência do STF, que também participou da reunião, todos os tribunais superiores incluíram no Or-

çamento para 2013 remetido ao Planejamento a previsão de recursos para aplicar duas parcelas, totalizando 50% do PCS-4, em janeiro e em junho.

No entanto, quase quatro meses após o presidente do STF, Ayres Britto, pedir quinze dias para buscar uma solução com o governo, não há acordo com o Planalto sobre a aprovação do projeto salarial. Nem mesmo de enviar a proposta orçamentária original ao Legislativo, apesar da decisão judicial que considera ilegal a interferência do Executivo na previsão financeira do Judiciário. Mas o Executivo, como divulga a mídia, está sentindo a pressão. E nosso lado, ela tem que aumentar!

Curso sobre análise da realidade é amanhã

O SINTRAJUSC está oferecendo a todos os servidores o Curso de Formação "Metodologia de Análise da Realidade", com Daniel Romero, do Instituto Latino-Americano de Estudos Sócio-Econômicos (Ilaese). O curso será amanhã, 18, das 8h30 às 18h, no Sindicato dos Bancários (rua Visconde de Ouro Preto, 308, ao lado do restaurante Vida).